

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Terceira Câmara Cível Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 0570403-26.2017.8.05.0001 Órgão Julgador: Terceira Câmara Cível APELANTE: Estado da Bahia e outros Advogado (s): APELADO: Dilson Apolinario de Almeida Advogado (s): ISABEL DIAS LOPES SIQUEIRA DE BRAGANCA ACORDÃO EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. POLICIAL MILITAR DA RESERVA. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO REJEITADA. APLICAÇÃO DO QUANTO DISPOSTO NA SÚMULA Nº 85 DO STJ. RECEBIMENTO APENAS DA GFPM. SUBSTITUIÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE POLICIAL MILITAR (GAP). ELEVAÇÃO PARA NÍVEL III, IV, V. POSSIBILIDADE APÓS ADVENTO DA LEI Nº 12.566/2012. EXTENSÃO AOS INATIVOS E PENSIONISTAS. VANTAGEM PECUNIÁRIA DE CARÁTER GENÉRICO. DIREITO CONSTITUCIONAL À PARIDADE. PERCEPÇÃO DA VANTAGEM NO NÍVEL III. COMPENSAÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS. PRECEDENTES DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INVASÃO DE COMPETÊNCIA NÃO CONFIGURADA. CORREÇÃO MONETÁRIA CONFORME CONTORNOS DO STF NO JULGAMENTO DO RE 870947/SE (TEMA 810). HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDAMENTE FIXADOS CONFORME A LEGISLAÇÃO PROCESSUAL. PERCENTUAL A SER DEFINIDO EM SEDE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DE OFÍCIO, SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1-Trata-se de Recurso de Apelação interposto pelo ESTADO DA BAHIA em face da sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública de Salvador-BA que nos autos da Ação de Obrigação de Fazer sob nº 0570403-26.2017.8.05.0001 ajuizada por do DILSON APOLINÁRIO DE ALMEIDA, julgou procedentes os pedidos articulados na inicial para percepção da GAP nível III, IV e V 2.PREJUDICIAL DE MÉRITO DE PRESCRIÇÃO: No caso dos autos que trata a respeito de reajuste remuneratório, é discutido apenas a alteração no valor da parcela remuneratória, se esta ficar reconhecida, eventualmente, de modo que o não ajuizamento da ação no prazo fixado pela legislação de regência atinge apenas as parcelas vencidas nos 5 (cinco) anos anteriores à propositura da demanda, ocorrida em 20/11/2018. Logo, à espécie, aplica-se o regramento contido na Súmula nº 85 do STJ. PREJUDICIAL DE MÉRITO REJEITADA.GAP III, a Lei 7.145/97, em seu art. 13, § 2º 3-No mérito, destaco que a Lei nº 7.145/97, ao criar a Gratificação de Atividade Policial Militar, nas referências I, II, e III, o fez em caráter geral, na medida em que houve a concessão do aludido benefício a todos os integrantes da Corporação, inclusive aos inativos, com objetivo de compensar o exercício de atividade geradora de risco ao servidor, levando-se em conta o local, o tipo de atividade, o grau de risco, o conceito e o nível de desempenho do servidor militar. 4- É inconteste que o princípio da isonomia entre ativos e inativos, consagrado pela Constituição Federal, restou violado pelo decreto regulamentar, uma vez que a verba remuneratória sub examine foi concedida indistintamente pela Lei estadual nº 7.145/97, por se tratar de gratificação de natureza geral. 5- Restando estabelecido que é a legislação infraconstitucional estadual quem deve estabelecer a respeito das regras de aposentação e paridade dos seus servidores militares e havendo previsão específica na lei 7.990/01, em seu artigo 121, resta óbvio que a implantação da Gratificação GAP na referência III se impõe no caso em tela, sendo estendida ao militar inativo ou sua pensionista, como no caso em tela. 6-Da observância dos requisitos previstos no artigo 8º da Lei 12.566/12, entendo que o Autor faz jus à percepção da Gratificação de Atividade Policial Militar – GAPM, nas referências IV e V, e a respectiva implantação nos seus proventos, de modo a garantir a isonomia em relação aos policiais em atividade. 7-Convém destacar ainda que, em que pese o quanto alegado pelo Estado Apelado acerca da competência privativa dos Estados para legislar sobre a

remuneração de seus servidores, é importante salientar o papel do Poder Judiciário no sentido de apreciar a legalidade e constitucionalidade das leis, não havendo que se falar em invasão de competência, 8- Quanto aos juros de mora e à correção monetária dos débitos da Fazenda Pública deverá sofrer a incidência da correção monetária pelo IPCA-E, desde o vencimento de cada parcela, reconhecendo-se a prescrição quinquenal, e do juros moratórios, calculados desde a citação, pelo percentual aplicado à caderneta de poupança, conforme contornos do STF no julgamento do RE nº 870947/SE (TEMA 810). 9- Em relação aos honorários advocatícios, infere-se que foram fixados de forma correta. No entanto, deixo de majorar os honorários, por se tratar de sentença ilíquida, devendo, desta forma, as verbas advocatícias, serem arbitradas somente na fase de liquidação. 10- RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA, de Ofício, apenas para garantir o recebimento da GAP – Gratificação de Atividade Policial nas referências IV e V, nas respectivas datas previstas na Lei nº 12.566/2012, respeitada a prescrição das parcelas anteriores ao quinquênio que antecedeu o pedido administrativo, mantendo-se os demais termos. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0570403-26.2017.8.05.0001 da Comarca de Salvador-BA, em que figuram como Apelante ESTADO DA BAHIA e como Apelado DILSON APOLINÁRIO DE ALMEIDA, ACORDAM os Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia em REJEITAR A PRELIMINAR SUSCITADA, NO MÉRITO, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, E DE OFÍCIO, REFORMAR PARCIALMENTE A SENTENÇA e o fazem nos termos do Voto Condutor do Relator. Sala das Sessões, Salvador, 2022. PRESIDENTE ARNALDO FREIRE FRANCO JUIZ SUBSTITUTO DE SEGUNDO GRAU CONVOCADO – RELATOR PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA cv PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL DECISÃO PROCLAMADA Conhecido e não provido Por Unanimidade Salvador, 21 de Outubro de 2022. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Terceira Câmara Cível Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 0570403-26.2017.8.05.0001 Órgão Julgador: Terceira Câmara Cível APELANTE: Estado da Bahia e outros Advogado (s): APELADO: Dilson Apolinario de Almeida Advogado (s): ISABEL DIAS LOPES SIQUEIRA DE BRAGANCA RELATÓRIO Trata-se de Recurso de Apelação interposto pelo ESTADO DA BAHIA em face da sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública de Feira de Salvador-BA que nos autos da Ação de Obrigação de Fazer sob nº 0570403-26.2017.8.05.0001 ajuizada por do DILSON APOLINÁRIO DE ALMEIDA, julgou procedentes os pedidos articulados na inicial para percepção da GAP nível III, IV e V nos seguintes termos: “Assim, e sendo certo que não há qualquer impedimento aos policiais militares da reserva no sentido de perceberem a GAP III em substituição à GFP, sendo certo que os julgados em comento fortalecem o posicionamento desde juízo para que haja o pagamento dessa gratificação ao Autor, outro caminho não há senão reconhecer o direito pleiteado pelo mesmo. Ex positis, pelos motivos acima expostos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS, para conceder a substituição da GFP pela GAP III, bem como o pagamento dos valores retroativos, respeitada a prescrição quinquenal dos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação, devendo ser garantido ao Autor a ascendência aos níveis IV e V da GAP nos moldes do quanto previsto nos arts. 7º e 8º da Lei 7.145/97. Considerando que o Autor decaiu minimamente dos pedidos, condeno o Estado da Bahia no pagamento de honorários advocatícios em, que arbitro em 10% sobre o proveito econômico da causa, a ser oportunamente apurado, tendo em vista a baixa complexidade da causa. Sem custas, pois o Réu é isento. Após o

transcurso in albis do prazo de recurso voluntário, arquivem-se os autos. P.R.I. Salvador (BA), 25 de julho de 2018. Manoel Ricardo Calheiros D'avila Juiz de Direito" Em suas razões (ID115999114 – SAJ 1º GRAU), o Ente Apelante aduz preliminar de prescrição e, no mérito pugna pela reforma do decisum, sustentando, em síntese, que o entendimento adotado na sentença é equivocado, no sentido de que não seja conferida vantagem manifestamente indevida ao Apelado, pois a sua pretensão está manifestamente prescrita. Além disso, sustenta que no período que não percebeu a GAP III, não atendia todos os requisitos e condições legalmente exigidos para tanto. Além disso, aduziu o recorrente que a Gratificação de Atividade Policial (GAP) é uma de vantagem pro labore faciendo, e, por isso, não pode ser implementada em favor do apelado, pois exige o preenchimento de requisitos a sua implementação, o que somente ocorre com os servidores militares da ativa. Disse, também, que o art. 8º da Lei n. 12.566/2012, diploma editado para regulamentar a concessão da GAP nas referências IV e V, o qual fora declarado constitucional pelo Tribunal Pleno deste Sodalício, previu requisitos ligados ao militar da ativa para que se pudesse implementar a mencionada vantagem. Sustenta o princípio da irretroatividade das leis, do art. 5º, XXXV, da CRFB/88, e do direito adquirido, assim "qualificando-se o ato de aposentação como ato jurídico perfeito, eis que constituído na forma estabelecida por lei vigente naquele período, não é permitida a sua revisão, para que agora se acrescente gratificação, principalmente quando esta é criada em momento posterior e apenas para aqueles em atividade, como é o caso da GAP." Argui, a impossibilidade de cumulação da GAP com outras gratificações já integradas aos proventos, por conta da inatividade anterior à Lei 7.145/97, pois o legislador estadual deixou clara a impossibilidade de cumulação das Gratificações de Função Policial, de Habilitação, de Comando e FEASPOL com a GAP então instituída, tanto que ordenou a extinção daquelas e o cancelamento dos pagamentos em função da criação desta última, caso contrário, significaria acumular as vantagens, sendo, duplicidade de remuneração pelo mesmo fato, o que encontra proibição na Constituição Federal, artigo 37, XIV. Ressalta que há insubsistência do deferimento da GAPM no nível III, pois uma vez que o apelado, já se encontrava em inatividade quando da concessão da GAP, não sendo possível reconhecer qualquer dos requisitos para recebimento da GAP Ill, que se vinculam ao efetivo exercício da função policial militar, não sendo este o caso, além de que não foi alegado qualquer fato ou norma que justificasse a aplicação da GAPM (se devida fosse) na referência III, de acordo com o art. 13 da Lei 7.145/97, e o Decreto n.º 6.749, em seu art. 11. Suscita que a "a concessão da GAPM em determinado no nível (I, II, III, IV ou V) está, efetivamente, vinculada ao exercício do poder discricionário da Administração Pública, sendo assim, tratando-se de ato discricionário, não pode o Poder Judiciário substituir o Poder Executivo na análise dos critérios de conveniência e oportunidade, sob pena de ferir o princípio constitucional da independência dos Poderes, expressamente previsto na Constituição Federal, nos arts. 2º e 39." Assim, por entender que a Lei n. 12.566/2012 não pode retroagir para abarcar as suas situações jurídicas consolidada antes da sua entrada em vigor, e que, por se tratar a GAP de vantagem pro labore faciendo, não incide o quanto previsto no art. 40, § 8º, da Constituição Federal (na redação já revogada pela EC 41/2003), o art. 42, § 2º, da Constituição do Estado da Bahia e o art. 121 do Estatuto dos Policiais Militares da Bahia, requer o provimento do recurso, para reformar a sentença guerreada. Prequestiona a matéria. As contrarrazões

apresentadas (ID115999117– SAJ 1º GRAU) rebatem todos os argumentos contidos no Apelo, rogando pelo improvimento do recurso. É o que importa relatar. Solicito à Secretaria da Terceira Câmara Cível que inclua o presente feito em pauta de julgamento. Salvador/BA, 06 de outubro de 2022.

ARNALDO FREIRE FRANCO JUIZ SUBSTITUTO DE SEGUNDO GRAU CONVOCADO – RELATOR

cv PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Terceira Câmara Cível Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 0570403–26.2017.8.05.0001 Órgão Julgador: Terceira Câmara Cível APELANTE: Estado da Bahia e outros Advogado (s): APELADO: Dilson Apolinario de Almeida Advogado (s): ISABEL DIAS LOPES SIQUEIRA DE BRAGANCA VOTO

Presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, conheço do Apelo. Inicialmente, sobre a questão prescricional, é consabido que, nas demandas em que se discute o reajuste de vencimentos de servidores, como se verifica in casu, aplica-se a chamada prescrição de trato sucessivo, e não a prescrição de fundo de direito. Atentem-se para o teor jurisprudencial, confirmam-se o aresto: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. MEDIDA PROVISÓRIA 2.225–45/2001. REAJUSTE DE VENCIMENTOS DE 3,17%. PRESCRIÇÃO. AÇÃO AJUIZADA APÓS 04/09/2006. PARCELA DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA 85/STJ. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. I. Agravo interno ajuizado contra decisão que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73. II. Na origem, trata-se de demanda proposta pela parte ora agravante, objetivando a cobrança do reajuste de 3,17% sobre os vencimentos de servidores públicos federais, com o pagamento das diferenças mensais apuradas entre 1º de janeiro de 1995 e a data da efetiva incorporação do percentual à remuneração. III. A edição da Medida Provisória 2.225–45/2001, – que reconheceu o direito dos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal ao reajuste de 3,17% – representou renúncia ao prazo prescricional. Assim, para as ações ajuizadas até 04/09/2006, os efeitos financeiros devem retroagir a janeiro de 1995, em razão do art. 8º do aludido diploma legal, que determinou o pagamento do reajuste de 3,17% retroativo a janeiro de 1995; e, se propostas após 04/09/2006, deve ser aplicado o enunciado da Súmula 85 desta Corte. Precedentes: STJ, REsp 1.508.179/PB, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/12/2017; AgRg no AREsp 770.681/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 04/02/2016; AgRg no Resp 1.348.242/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/11/2015; AgRg no REsp 1.148.963/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe de 03/08/2015. No mesmo sentido, dentre outras, as seguintes decisões: STJ, REsp 1.510.056/CE, Rel. Ministro OG FERNANDES, DJe de 12/11/2019; REsp 1.498.397, Rel. Ministro Ministro GURGEL DE FARIA, DJe de 03/06/2019; REsp 1.319.703, Rel. Ministro OG FERNANDES, DJe de 17/05/2019; REsp 1.726.854, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, DJe de 04/04/2019. IV. In casu, tendo em vista que a presente demanda foi ajuizada em 08/05/2008, ou seja, após 04/09/2006, aplica-se a Súmula 85/STJ, estando, portanto, prescritas as parcelas anteriores ao quinquênio que antecede o ajuizamento da ação.V. Agravo interno improvido.(STJ: AgInt no AREsp 494.625/SC. Relatora: Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, T2 – SEGUNDA TURMA, julgamento em 18/02/2020, DJe em 02/03/2020). Isto pois, no caso dos autos que trata a respeito de reajuste remuneratório, é discutido apenas a alteração no valor da parcela remuneratória, se esta ficar reconhecida, eventualmente, de modo que o não ajuizamento da ação no prazo fixado pela legislação de regência atinge apenas as parcelas vencidas nos 5 (cinco) anos anteriores à propositura da demanda, ocorrida em 20/11/2018. Logo, à espécie, aplica-se o regramento

contido na Súmula nº 85 do STJ, in verbis: Súmula nº 85/STJ: Nas relações de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação. Feitos esses apontamentos, e afastada a prejudicial da prescrição de fundo de direito, analisa-se o mérito da demanda. Nesta hipótese, a parte autora ingressou com a ação objetivando a Gratificação de Atividade Policial Militar – GAP para a referência III, IV e V. Esclareço que o autor se aposentou recebendo apenas a GFPM – Gratificação de Função Policial Militar. Destaco que a Lei nº 7.145/97, ao criar a Gratificação de Atividade Policial Militar, nas referências I, II, e III, o fez em caráter geral, na medida em que houve a concessão do aludido benefício a todos os integrantes da Corporação, inclusive aos inativos, com objetivo de compensar o exercício de atividade geradora de risco ao servidor, levando-se em conta o local, o tipo de atividade, o grau de risco, o conceito e o nível de desempenho do servidor militar. Ademais, observa-se que o art. 11 da referida Lei proclama que “os inativos terão a parte básica dos seus proventos ajustada aos valores de soldos fixados por esta Lei”. Assim, em cumprimento ao artigo 10 da Lei nº 7.145/1997, foi editado o Decreto estadual nº 6.749/1997 para fins de regulamentação da Gratificação de Atividade Policial Militar, estabelecendo dentre outras disposições que: Art. 11 – Os servidores policiais militares da ativa, de todos os postos e graduações, à exceção da graduação de Recruta, farão jus, a partir de 1º de agosto de 1997, à percepção da Gratificação de Atividade Policial Militar, no valor correspondente à Referência I, estabelecida para o respectivo grau hierárquico. Parágrafo único – O disposto neste artigo aplica-se aos policiais militares que, compondo o efetivo de unidades das organizações policiais – militares ou de outros órgãos públicos, assegurando-lhes o exercício do poder de polícia, na data de publicação deste Decreto, estejam afastados do serviço ativo por qualquer dos motivos enumerados no art. 2º, incisos I a X. É inconteste que o princípio da isonomia entre ativos e inativos, consagrado pela Constituição Federal, restou violado pelo decreto regulamentar, uma vez que a verba remuneratória sub examine foi concedida indistintamente pela Lei estadual nº 7.145/97, por se tratar de gratificação de natureza geral. Dito isto, sobre o atendimento aos requisitos legais exigíveis para a percepção na referência GAP III, a Lei 7.145/97, em seu art. 13, § 2º, estabelece: Art. 13 – Será concedida, aos atuais ocupantes de postos e graduações da Polícia Militar do Estado da Bahia, a Gratificação de Atividade Policial Militar, na referencia I, sendo seu pagamento devido a partir de 01 de agosto de 1997. (...) § 2º – Observado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, deverá, ainda, o Poder Executivo definir a concessão da Gratificação, na referência III, aos servidores policiais militares, que, por absoluta necessidade do serviço, estejam obrigados a cumprir jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais. Ademais, destaco que o artigo 14 da mesma Lei estabeleceu que o benefício incorpora aos proventos de inatividade, conforme podemos verificar: Art. 14 – A gratificação de Atividade Policial Militar incorpora-se aos proventos de inatividade, qualquer que seja o seu tempo de percepção. Portanto, a verba salarial sub examine deve ser incorporada aos proventos dos policiais militares de reserva, bem como aos pensionistas. Sobre o tema, este egrégio Tribunal de Justiça tem se manifestado: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORIGINÁRIA. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE POLICIAL MILITAR – GAPM. NÍVEIS IV E V. PEDIDO DE EXTENSÃO AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DE SERVIDOR INATIVO.

NATUREZA DE BENEFÍCIO GENÉRICO. EQUIPARAÇÃO AOS MILICIANOS DA ATIVA. VIABILIDADE. PARIDADE DE VENCIMENTOS E PROVENTOS. PREVISÃO NA LEI ESTADUAL 7.145/1997 E 7.990/2001. INCIDÊNCIA DO ART. 40, § 8º, DA CARTA MAGNA, E ART. 42, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA. (TJBA, Apelação nº 0337733-55.2013.8.05.0001, Quinta Câmara Cível, Relator Des. RAIMUNDO SERGIO SALES CAFEZEIRO, Publicado em: 06/05/2021). APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE PENSÃO POR MORTE. POLICIAL MILITAR. PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE POLICIAL MILITAR GAP. EXTENSÃO DO BENEFÍCIO A SERVIDOR INATIVO. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. PERCEPÇÃO DA GAP NO NÍVEL III. JUNTAMENTE COM A GHPM. POSSIBILIDADE. 1. No que se refere a preliminar de prescrição do fundo de direito, resta claro a sua inocorrência, tendo em vista que o pleito se baseia em relação jurídica de trato sucessivo, conforme a Súmula n 85 do STJ. 2. A Gratificação por Atividades Policiais – GAP possui caráter genérico, portanto evidente a possibilidade de extensão para os pensionistas. 3. No caso concreto, a jornada de trabalho do servidor era de 180 (cento e oitenta) horas mensais, tendo por conseguinte, direito à percepção GAPM, no mínimo, no nível III. 4. No tocante aos juros aplicados, a decisão merece reforma, devendo-se aplicar os juros de mora no importe de 6% ao ano (ou 0,5% ao mês), a partir da MP nº 2.180-35/2001 até o advento da Lei nº 11.960, de 30/6/2009, que deu nova redação ao referido art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, passando a incidir, a partir de julho de 2009, o percentual estabelecido para a caderneta de poupança. 5. Provimento parcial. (TJBA, Apelação nº 0309353-56.2012.8.05.0001, Terceira Câmara Cível, Relatora Desª. Substituta MARIELZA MAUES PINHEIRO LIMA, Publicado em: 26/04/2021). Restando estabelecido que é a legislação infraconstitucional estadual quem deve estabelecer a respeito das regras de aposentação e paridade dos seus servidores limitares e havendo previsão específica na lei 7.990/01, em seu artigo 121, resta óbvio que a implantação da Gratificação GAP na referência III se impõe no caso em tela, sendo estendida ao militar inativo ou sua pensionista, como no caso em tela. Evidente, pois, o acerto da decisão singular ao estabelecer o direito da parte autora em receber a Gratificação de Atividade Policial – GAP. Outrossim, é de se determinar que o pagamento retroativo das GAPM nas referências IV e V, observados as datas de concessão estatuídas na Lei n. 12.566/2012, seja feita em compensação com os valores já percebidos pelo demandante, nos referidos períodos, a título de GAP III, mormente porquanto suas percepções não podem ser cumuladas. Ainda, cumpre-se sedimentar que a percepção deve obediência ao valor em espécie fixado em lei, em função do respectivo posto ou graduação (art. 7º da Lei 7.145/97). Dessa forma, impõe-se a reforma da sentença em relação a esse capítulo, de modo a garantir ao Apelante o recebimento da GAP – Gratificação de Atividade Policial nas referências IV e V, nas respectivas datas previstas na Lei nº 12.566/2012. Por outro lado, o Estado da Bahia não demonstrou, em suas alegações, que a concessão do GAPM nas referências IV e V aos policiais da ativa, se procedeu após apuração do preenchimento dos requisitos impostos na norma instituidora desta aludida gratificação, não havendo nos autos nenhuma notícia de que houve instauração de processo administrativo para aferir, de forma individualizada se o policial militar atendeu ou não às referidas exigências da Lei para a percepção da GAPM, na referência IV ou V. Da observância dos requisitos previstos no artigo 8º da Lei 12.566/12, entendo que o Autor faz jus à percepção da Gratificação de Atividade

PoliciaI Militar – GAPM, nas referências IV e V, e a respectiva implantação nos seus proventos, de modo a garantir a isonomia em relação aos policiais em atividade. Convém destacar ainda que, em que pese o quanto alegado pelo Estado Apelado acerca da competência privativa dos Estados para legislarem sobre a remuneração de seus servidores, é importante salientar o papel do Poder Judiciário no sentido de apreciar a legalidade e constitucionalidade das leis, não havendo que se falar em invasão de competência, abaixo transcrito: APELAÇÃO CÍVEL. POLICIAL MILITAR INATIVO. INCIDÊNCIA DA GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE POLICIAL MILITAR [GAPM] SOBRE O VALOR DO SOLDADO NA INATIVIDADE. ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. IRREDUTIBILIDADE DOS VENCIMENTOS REDUÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA 10% DO VALOR ATUALIZADO DA CONDENAÇÃO. REEXAME NECESSÁRIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. JUROS DE MORA . TERMO INICIAL . ÍNDICE APLICÁVEL. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA EM REEXAME NECESSÁRIO. 1. MÉRITO 1.1.A GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE POLICIAL , É UM DIREITO QUE SE INCORPOROU AO PATRIMÔNIO JURÍDICO INDIVIDUAL DO REQUERENTE, RAZÃO PELA QUAL O ESTADO NÃO PODERIA, ATINGIR SITUAÇÕES QUE JÁ SE ENCONTRAVAM CONSOLIDADAS. CARACTERIZADA, DESSA FORMA, AFRONTA AO DIREITO ADQUIRIDO E, CONSEQUENTEMENTE, AO DISPOSTO NO ART. 5º, INCISO XXXVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1.2. A GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE POLICIAL/GAP CONSTITUI PARCELA EXPRESSIVA DA REMUNERAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES, NÃO PODENDO O ESTADO DA BAHIA REVISAR OS PROVENTOS DO APELADO PARA DIMINUI-LA, SEM INSTAURAÇÃO DO DEVIDO PROCESSO ADMINISTRATIVO. 1.3.A SUPRESSÃO DOS DIREITO DO APELADO NÃO OBEDECEU AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, NÃO LHE SENDO DADA OPORTUNIDADE DE DEFESA, O ATO É NULO. TODO ATO ADMINISTRATIVO QUE IMPORTE EM SUPRESSÃO DE DIREITOS OU CAUSAÇÃO DE PREJUÍZOS AO SERVIDOR DEVERA SER PRECEDIDO DO REGULAR PROCESSO ADMINISTRATIVO. 1.4. NÃO CONFIGURA INVASÃO DAS COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONALMENTE ESTABELECIDAS A DECISÃO QUE EFETIVA REAJUSTE PREVISTO POR LEI, NOS PARÂMETROS POR ELA APONTADOS. 1.5.REDUÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA 10% DO VALOR ATUALIZADO DA CONDENAÇÃO, A SEREM PAGOS PELO ESTADO DA BAHIA. (TJBA, APL 1647532005, Relator: Ilza Maria Da Anunciação, Quinta Câmara Cível, Data de Julgamento: 15/12/2009) Por sua vez, quanto aos juros de mora e à correção monetária dos débitos da Fazenda Pública deverá sofrer a incidência da correção monetária pelo IPCA-E, desde o vencimento de cada parcela, reconhecendo-se a prescrição quinquenal, e dos juros moratórios, calculados desde a citação, pelo percentual aplicado à caderneta de poupança, conforme contornos do STF no julgamento do RE nº 870947/SE (TEMA 810). Por fim, no tocante aos honorários advocatícios, infere-se que foram fixados de forma correta. No entanto, deixo de majorar os honorários, por se tratar de sentença ilíquida, devendo, desta forma, as verbas advocatícias, serem arbitradas somente na fase de liquidação. Ante o exposto, VOTO no sentido de REJEITAR a preliminar suscitada e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao Apelo. De Ofício, reformo parcialmente a sentença combatida, apenas para garantir o recebimento da GAP – Gratificação de Atividade Policial nas referências IV e V, nas respectivas datas previstas na Lei nº 12.566/2012, respeitada a prescrição das parcelas anteriores ao quinquênio que antecedeu o pedido administrativo, mantendo-se os demais termos. A incidência da correção monetária e dos juros de mora deverá ser feita nos contornos delineados pelo STF em questão de ordem no julgamento das ADI's 4375 e 4425 e do RE 870947/SE. Sala das Sessões, 2022. ARNALDO FREIRE FRANCO JUIZ SUBSTITUTO DE SEGUNDO GRAU CONVOCADO – RELATOR cv